

CENTROS HISTÓRICOS DE BOLONHA E DO PORTO: LIÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI, RIO DE JANEIRO, BRASIL. Arquiteta e Urbanista (UFF, 1987), Mestre em Desenho Urbano (Nottingham, UK, 1993) e Doutora em Urbanismo (PROURB/ UFRJ, 2006). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Professora e pesquisadora da Escola de Arquitetura e Urbanismo e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ. E-mail: andreasampaio@id.uff.br

Apoio CAPES através da concessão de bolsa de estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (setembro 2015 a março 2016)

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p40-64>

CENTROS HISTÓRICOS DE BOLONHA E DO PORTO: LIÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO

RESUMO

Os casos de reabilitação urbana dos centros históricos de Bolonha, na Itália, e do Porto, em Portugal, são objeto de reflexão deste artigo, com intuito de revisitar seus pressupostos teóricos e atualizar o conhecimento sobre esses casos, notabilizados como referenciais em termos de salvaguarda e reabilitação urbana. Promove-se uma discussão sobre as experiências paradigmáticas de recuperação dos conjuntos urbanos antigos e precarizados de Bolonha e do Porto, ao final da década de 1960 até a década de 1980, considerando suas atuais ressonâncias como um legado que oferece lições para o debate contemporâneo sobre a reabilitação urbana de sítios urbanos históricos. Adota-se um enfoque urbanístico para a problematização de tais experiências, que se destacam por terem conjugado aspectos sociais e urbanísticos em seus processos de reabilitação urbana, conservando o patrimônio habitado por moradores locais. No entanto, os centros históricos em questão não ficaram imunes aos processos urbanos e políticos, nem às intervenções cenográficas e especulativas, particularmente no Porto. Oferecem, portanto, novas perspectivas para releitura diante dos atuais processos de financeirização da reabilitação urbana e de gentrificação dos centros históricos, não obstante as diretrizes vigentes de proteção ao patrimônio. Essa problematização ganha relevo diante dos desafios em conciliar as atuais políticas de revitalização e turistificação dos sítios históricos com a conservação de seu patrimônio e de sua identidade — sua paisagem e seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE

Centros históricos. Reabilitação urbana. Conservação integrada.

BOLOGNA AND PORTO HISTORIC CENTRES: URBAN REHABILITATION LESSONS FOR THE CONTEMPORARY DEBATE

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO

ABSTRACT

The urban rehabilitation cases of the historic centres of Bologna, Italy, and Porto, Portugal, are object of reflection in this paper, with the purpose of revisiting their theoretical assumptions and updating the knowledge on them, for being remarkable references in terms of urban safeguard and rehabilitation. There will be promoted a discussion of the paradigmatic experiences of the rehabilitation of the old and precarious urban settlements of Bologna and Porto in the period from the late 1960s to the 1990s, considering their current resonances as a legacy that offers lessons for the contemporary debate on urban rehabilitation of historical urban sites. An urban approach is adopted for the problematization of such experiences, which are notable for having combined social and urban aspects in their processes of urban rehabilitation, conserving their local residents. However, these historical centres have not remained immune to urban and political processes, nor to scenographic and speculative interventions, particularly in Porto. They offer, therefore, new perspectives for re-reading towards the current processes of financialization of urban rehabilitation and gentrification of the historical centres, in spite of the current guidelines of heritage protection. This problematization assumes importance in face of the challenges of reconciling the current policies of revitalization and touristification of historical sites with the conservation of their heritage and identity - their landscape and their inhabitants

KEYWORDS

Historic Centres. Urban Rehabilitation. Integrated Conservation.

1 INTRODUÇÃO

Embora a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural contem com respaldo em significativos arcabouços teórico, tecnológico e normativo, observam-se, em pleno século XXI, práticas alheias tanto às teorias da conservação como às demandas socioculturais locais. O que demonstra a urgência em revisitar pressupostos teóricos e atualizar o conhecimento sobre casos referenciais em prol de um debate sobre o patrimônio cultural como atributo ativo na permanente construção da cidade contemporânea.

Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre as experiências paradigmáticas de reabilitação urbana dos centros históricos de Bolonha, na Itália, e do Porto, em Portugal¹. A discussão concentra-se nas experiências de recuperação do casario residencial nesses sítios urbanos históricos, que são polos de resiliência de um modo tradicional de viver em meio às pressões de revitalização e turistificação. Ainda que aquelas experiências já tenham sido amplamente estudadas — sobretudo a de Bolonha — e particularmente notabilizadas pela conjugação dos aspectos sociais e urbanísticos, seus resultados não ficaram imunes aos processos urbanos e políticos locais e oferecem

1. A presente reflexão fundamenta-se no projeto “Salvaguarda do Patrimônio Urbanístico: investigação sobre experiências de Reabilitação Urbana em Portugal e Itália”, realizada como estágio Pós-Doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com bolsa CAPES, entre setembro de 2015 e março de 2016.

novas perspectivas para releitura perante os atuais processos de financeirização da reabilitação urbana e de gentrificação dos centros históricos.

Considera-se válido revisitá-las, buscando suas ressonâncias como um legado para a reflexão das questões contemporâneas que envolvem a reabilitação urbana de sítios urbanos históricos, sobretudo ao se adotar um enfoque urbanístico para a problematização da salvaguarda do patrimônio e da reabilitação urbana. Assume-se essa perspectiva em função de seu potencial em articular os múltiplos aspectos envolvidos, evitando uma abordagem segmentada, seja sob o viés do patrimônio arquitetônico, seja das políticas urbanas.

Tal motivação emerge da preocupação com o tratamento estagnado da gestão do patrimônio cultural no Brasil, em particular no Rio de Janeiro, em relação às políticas urbanas. As iniciativas brasileiras de conservação integrada são incipientes em termos de resultados, particularmente se analisadas em relação ao potencial de uso habitacional das áreas urbanas centrais. Observa-se, contudo, uma lacuna em termos de abordagens relacionadas ao patrimônio cultural que investiguem não somente intervenções na escala arquitetônica, mas que problematizem a questão como um objeto na escala urbana. Essa é a perspectiva proposta para a presente reflexão.

As propostas de recuperação dos conjuntos urbanos antigos precarizados do Barredo, no Porto, e do centro histórico de Bolonha são contemporâneas entre si — datam de 1969, e inscrevem-se na efervescente conjuntura política europeia pós 1968. A afinidade conceitual dos casos em termos de objetivos e de metodologia — atrelada a políticas habitacionais, é reflexo desse mesmo enquadramento, já tratado por autores portugueses, ao investigar as políticas portuguesas de salvaguarda do patrimônio e reabilitação urbana (PINHO, 2009; GONÇALVES, 2012; AGUIAR, 2014; MONIZ *et al.*, 2014).

Os fundamentos do Plano de Bolonha repercutiram na formulação de Planos de salvaguarda e recuperação não só na Itália quanto em Portugal², e frequentemente são citados como influência para planos de salvaguarda no Brasil. Seus êxitos iniciais foram considerados exemplares como aplicação dos princípios de conservação integrada, tema de se-

2. Portas (2005) menciona que o plano de Bolonha foi referência para o CRUARB e para parcerias público-privadas como as implementadas pelo Programa RECRUA

minário no Ano Europeu do Patrimônio, que resultou na Declaração de Amsterdam (1975). Esse documento preconiza a conservação integrada e, entre suas recomendações, destaca-se a poposta de reabilitação dos bairros antigos a ser realizada, tanto quanto possível, sem modificações significativas da composição social dos habitantes e de modo que todas as camadas da sociedade se beneficiem da operação financiada por fundos públicos. (IPHAM, 2000)

Os centros históricos de Bolonha e do Porto são referenciais inclusive sob o ponto de vista dos processos de participação social no processo de reabilitação. Enquanto seus projetos, norteados por questões sociais, conservaram as relações morfológicas e o tecido social tradicional, verificam-se intervenções atuais cenográficas predatórias à integridade e identidade do sítio histórico, particularmente no Porto, não obstante as diretrizes vigentes de proteção ao patrimônio. Faz-se oportuno, portanto, o alerta de Aguiar (2014) sobre “a amnésia propositadamente lançada sobre as práticas e os resultados de duas décadas de experiências de reabilitação urbana” (AGUIAR, 2014, p. 63).

Antes de examinar os casos empíricos, cabe primeiramente delimitar os conceitos-chave para a leitura, para em seguida examinar aspectos que merecem destaque nos casos de Bolonha e do Porto, os quais possam vir a contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o caso brasileiro.

2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Tal qual defendido por Rossa (2015), concebe-se o patrimônio como um passado ativo, uma herança do passado que requer gestão permanente. O patrimônio pode ser considerado, portanto, um dos ativos³ da cidade contemporânea. Nesse sentido, defende-se a compreensão da cidade como bem cultural, nos moldes dos argumentos de Meneses (2006), que a concebe como um artefato socialmente apropriado em três dimensões, intimamente imbricadas, que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, já que a urbanização é um produto próprio da sociedade; a di-

3. Tradução do original em inglês “*asset*”, como ativo, ou bem, como no campo da economia, usada por Rojas (1999). O termo é usado no campo do patrimônio cultural, como bens culturais, ou *cultural assets*.

mensão do campo de forças, em cujo espaço desenvolvem-se tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais etc. e, finalmente, a dimensão das significações, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço. Tratando-se de uma construção social, o patrimônio cultural vem sendo problematizado em abordagens cada vez mais interdisciplinares, em paralelo à expansão do universo de objetos patrimoniais, inicialmente circunscrita a monumentos excepcionais e atualmente abrangendo bens culturais singelos e imateriais (MENESES, 2006; CASTRIOTA, 2009; CHOAY, 2011).

Como conceito mediador para a leitura das relações estabelecidas pelo patrimônio na cidade contemporânea, adota-se o patrimônio urbanístico. Concebido como um conceito-ação por Rossa (2015), o patrimônio urbanístico consiste no “sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e se recria”, que instrumentaliza análises que fundem valor cultural e identidade com a contínua transformação da cidade, tendo como resultante a paisagem.⁴ Trata-se, portanto, de um bem histórico e identitário, que funde valores materiais e imateriais.

Meneses (2006) situa o habitante como o principal sujeito da cultura e defende a consideração dos aspectos culturais como dimensão do social — e não o inverso. Nesse sentido, parte-se da premissa da indissociabilidade da estrutura física da social como componente do patrimônio cultural. É com esse olhar que se investiga o patrimônio urbanístico amalgamado em seu tecido social.

Cabe lembrar a gênese do conceito de patrimônio urbano nos pioneiros estudos de Giovannoni⁵, ainda nos primórdios do século XX, no contexto italiano, ao conferir valor ao patrimônio não monumental, e considerá-lo de modo integrado à configuração urbanística e ao planejamento urbano, numa visão de “cidade integral” (GIOVANNONI, 2013). Uma importante contribuição do engenheiro italiano é sua defesa de que a questão dos centros antigos das cidades modernas constitui-se em um problema tanto de restauro como urbanístico. No entanto, a atribuição

4. Rossa (2015) defende a adoção do conceito patrimônio urbanístico, considerando-o mais adequado aos processos de reabilitação urbana do que o conceito de patrimônio urbano, que denotaria a identificação de uma paisagem urbana antiga.

5. A contribuição de Giovannoni teve seu papel reconhecido a partir do resgate de sua obra por Choay (2001). Os textos foram publicados no Brasil somente recentemente, em Giovannoni (2013).

de valor ao patrimônio urbano como objeto de políticas patrimoniais e sua efetiva proteção somente ocorreu em meados da década de 1960 na Europa e no final da década de 1970 no Brasil.

Os casos em questão enquadram-se nesse momento de revisão de conceitos e práticas. A década de 1960 marca, portanto, um ponto de inflexão na noção de patrimônio, cujo documento síntese é a Carta de Veneza — International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), de 1964. Além da revisão crítica aos preceitos modernistas, a mudança de paradigma traduz-se na valoração do patrimônio urbano, das arquiteturas modestas e rurais, e não somente aos monumentos notáveis. Esse reconhecimento tardio reflete-se nos diversos planos de renovação urbana e saneamento dos conjuntos urbanos habitados pela população pobre dos centros históricos em questão. Seguindo princípios modernistas de tábula rasa, os quarteirões considerados insalubres dariam lugar a novos blocos de arquitetura moderna. No entanto, muitos desses conjuntos urbanos condenados resistiram em meio à precariedade e à falta de recursos para a conservação, e hoje são consagrados como patrimônio cultural sendo, inclusive, como no caso do centro histórico do Porto, designados como Patrimônio Mundial na lista da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

A noção contemporânea de salvaguarda do patrimônio compreende a dinâmica relativa ao potencial de intervenção sobre o patrimônio, transpondo a ideia da preservação para a da conservação dos atributos de significação cultural. Verifica-se o deslocamento conceitual de preservação — restrição das alterações — para a ideia de conservação, que considera a inevitabilidade da mudança e a sua gestão (CASTRIOTA, 2009). Em termos de patrimônio urbanístico, essa distensão conceitual vem sendo correntemente reinterpretada por meio do conceito-ação de Paisagem Urbana Histórica⁶, concebido pela UNESCO para consubstanciar a aceitação da mudança como inerente à condição urbana, buscando assegurar que as intervenções contemporâneas sejam integradas harmonicamente

6. Vide *Recommendation on the Historic Urban Landscape (HUL)*, adotada na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 10 de novembro de 2011, e considerações a respeito do conceito na obra de Bandarin e Van Oers (2012). Rossa (2015) discute o conceito.

ao patrimônio, levando em consideração aspectos regionais. Defendendo a sustentabilidade entre o natural e o construído, o passado e o futuro, essa nova perspectiva promove a diversidade social e funcional, propiciando a reconexão dos sítios de valor patrimonial à cidade contemporânea com uma gestão urbana integrada (BANDARIN; OERS, 2012).

3 BOLONHA: UM CENTRO URBANO PARA O PRESENTE DA CIDADE HISTÓRICA

A inconfundível paisagem urbana histórica de Bolonha tem como marca a sequência de pórticos⁷ que delinea seu conjunto urbano de singular regularidade tipológica. A diversidade de usos advinda dos comércios e serviços nos térreos ao longo do correr de pórticos, e moradias nos andares superiores, contribui para manter a vitalidade do centro histórico desse rico polo industrial e empresarial. Em debate sobre cidades universitárias, Portas (2005) infere que atualmente a grande indústria de Bolonha é a do conhecimento — a universidade. A universidade vem a ser o principal catalisador da dinâmica do centro histórico atualmente, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. Nutre, portanto, não apenas as atividades econômicas, como também um notório ativismo social, que juntamente com a politização da população, foi basilar como contexto para o Plano de 1969. A cultura participativa continua vigente, agora renovada pelos meios digitais e redes sociais disponíveis.⁸

Bolonha apresenta-se como um lugar de vanguarda e cabe sublinhar aqui alguns elementos que merecem relevo para seu papel paradigmático na salvaguarda e na reabilitação urbana, a partir da formulação e implementação do Plano de Recuperação do centro histórico de Bolonha, o *Piano urbanistico di salvaguardia, restauro e risanamento del centro storico*⁹, formulado pela equipe coordenada por Pier Luigi Cervellati em 1969. Esse emblemático plano foi objeto de extensa literatura sobre o

7. O valor excepcional da sequência de 38 Km lineares de pórticos é objeto de candidatura à lista tentativa da UNESCO para a inscrição na lista de Patrimônio Mundial. Vide Bocchi, Francesca e Smurra, Rosa. *I Portici di Bologna nel Contesto Europeo*. Bologna: Luca Sossela Editore, 2015.

8. O Urban Center Bologna é uma entidade atuante para a discussão sobre projetos para a área metropolitana. Disponível em: <<http://www.urbancenterbologna.it/>>

9. Vide Cervellati e Scannavini (1973).

assunto, tanto por parte de seus autores (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1973; CERVELLATI et al., 1977, entre outros), quanto revisões críticas sobre a salvaguarda do patrimônio e planos de recuperação, sobretudo sob o viés da conservação integrada¹⁰. Ao completar 40 anos, renova-se a literatura sobre o assunto, com debates e publicações, incluindo uma entrevista com Pier Luigi Cervellati.¹¹

O Plano de Recuperação teve como princípio a utilização do centro histórico no presente como parte de uma política territorial, pautado na estratégia de recuperar o centro e frear a expansão para as periferias e inverter os processos especulativos. Cervellati propunha “criar uma cidade antiga para uma nova sociedade”.¹² Para tanto, o Plano propunha salvaguardar o bairro como tecido social, segundo princípios urbanísticos. Como justificativa para as propostas, Cervellati, em entrevista recente (AGOSTINI, 2013), argumenta que se fosse resolver somente o social, a cidade teria sido destruída, como em outros casos. A relevância de seu plano pode ser sintetizada na conjugação de ações para solucionar problemas do quadro físico, bem como sociais, econômicos e culturais. Seus resultados foram considerados referências para políticas de integração das áreas urbanas antigas no desenvolvimento urbano e regional, reunindo política urbana e prática urbanística. Essa era uma nova mentalidade em termos de renovação urbana no contexto de cidades destruídas ou danificadas durante a II Guerra Mundial.

A abordagem empírica do plano fundamenta-se na leitura morfotipológica como estrutura caracterizadora da cidade, com base em estudo de Leonardo Benévolo e equipe que definia categorias de intervenção, variando entre o ripristino tipológico e a reparação urbana, ainda sob a influência da reconstrução do pós-guerra.

A metodologia operacional constituiu-se a partir da realização de um inventário tipológico do conjunto urbano do centro histórico e na classificação das edificações por grau de intervenção. O Plano classificou o centro histórico em 13 conjuntos urbanos homogêneos, seguindo

10. Vide, entre outros, Bandarin (1979).

11. Vide Bravo (2009) e entrevista em Agostini (2013).

12. Vide CERVELLATI *Una città antica per una società nuova*. In: Cervellati et al (1970), p. 9-20.

critérios morfológicos, funcionais e socioeconômicos que orientavam as intervenções realizadas, preservando o ambiente físico e, ao mesmo tempo, os aspectos sociais inerentes ao centro histórico.

Aliando um caráter socioeconômico à conservação, a meta de permanência dos habitantes em edifícios recuperados seria viabilizada pela execução da recuperação atrelada a um plano habitacional, o PEEP (*Piano per l'edilizia Economica e Popolare* — Plano de Construção Econômica e Popular), implementado a partir de 1973 (BANDARIN, 1979). A aplicação da primeira fase desse plano foi realizada em cinco quarteirões dos 13 conjuntos urbanos homogêneos, selecionados em função do pior estado de deterioração e em pior condição higiênica¹³. As ações foram desenvolvidas com intensa participação social, inclusive com a criação de orçamento participativo, salientado por Portas (2005) como uma grande novidade ainda em meados da década de 1970. O arquiteto português refere-se também à realização de parcerias público-privadas para a autorreabilitação, as quais transformaram palacetes em habitação de renda limitada (PORTAS, 2005).

O plano estimulava uma diversidade de usos compatíveis com a estrutura histórico-ambiental, ainda hoje presentes: habitação popular, alojamento estudantil, a universidade, equipamentos institucionais, o comércio artesanal, distribuídos no tecido urbano de forma a manter a dimensão humana da cidade. Os critérios de intervenção segundo as categorias morfotipológicas distinguiam os conjuntos urbanos de arquitetura menor — a edificação documental — dos grandes complexos monumentais, como conventos e a universidade, denominados *containers* históricos, de valor histórico-cultural, que receberiam usos coletivos, intercalados por áreas livres no interior das quadras.

Ao se comparar o crítico estado dos quarteirões na época com o resultado após as obras de recuperação (Figura 1), verifica-se um certo grau de homogeneização estética, fruto da adoção de critérios de recom-

13. Os cinco setores prioritários foram: Santa Catarina, San Leonardo, Solferino, Fondazza e San Carlo. Vide De Angelis, Carlo. Quarant'anni dopo. Piano PEEP Centro storico 1973. Note a margine, tra metodo e prassi. IN_BO. *Ricerche e progetti per il territorio, la città e l'architettura*, p. 35 - 52, jun. 2013. Disponível em: <http://in_bo.unibo.it/article/view/3940>. Acesso em: 17 nov. 2015.

FIGURA 1

Via San Leonardo —
um dos quarteirões
prioritários
recuperados. Foto:
Andréa Sampaio,
2015.



posição tipológica dos conjuntos urbanísticos de arquitetura menor, e não propriamente de critérios de restauração científica. Considera-se que as críticas a essa postura por parte de autores que examinam o assunto sob o ponto de vista da teoria da restauração¹⁴ devem ser relativizadas, ao se analisar os resultados sob o recorte do patrimônio urbanístico e da capacidade evolutiva da paisagem urbana histórica. Além disso, a magnitude do plano e a finalidade social da intervenção foram determinantes para suplantarem critérios historicizantes. Além disso, os minuciosos estudos tipológicos valem como registro histórico das transformações do tecido urbano e inventário arquitetônico. Retoma-se a visão de Cervellati, que

14. Vide Bortolotto, Susanna; Palo, Maria Cristina. La nuova cultura delle città di Pierluigi Cervellati: il Piano per il centro storico di Bologna, 1969. In: Giambruno, Mariacristina (Org.) (2007). *Per una Storia Del Restauro Urbano: piani, strumenti e progetti per i Centri storici*. Novara: CittàStudi Edizioni, p. 171-184.

infeere que a conservação arquitetônica não pode existir fora da conservação social (BRAVO, 2009).

Verificam-se sinais de processos de gentrificação em curso, impulsionados pelo turismo e pela Universidade de Bolonha¹⁵ que vêm sendo desencadeados por mudanças político-administrativas, e na revisão dos marcos legais que protegiam o aluguel de interesse social, na década de 1990, quando foi possível a alienação das unidades habitacionais sociais. Ao reexaminar os preceitos e resultados de seu plano 40 anos depois, Cervellati tece críticas sobre o contexto atual em que se verifica uma bolha imobiliária, a financeirização do acesso à habitação e a privatização dos serviços públicos (AGOSTINI, 2013). Gulli e Talò (2012) caracterizam o variado panorama sociocultural da área, tendo em vista a diversidade populacional dos 13 setores originais do plano do centro histórico, atualmente formada por descendentes dos moradores antigos, estudantes, imigrantes, artesãos, professores, microcomerciantes, e observam que a substituição de parte dos moradores tem causas diversas em função de ciclos econômicos regionais. Para os autores, tal variedade confere ao centro histórico um irredutível caráter de complexidade, vitalidade e diversidade, mesmo quando afetado por grandes projetos públicos de transformação (GULLI; TALÒ, 2012).

Bandarin (1979), ainda no final da década de 1970, analisa o êxito da reabilitação do centro histórico de Bolonha, a partir da vontade política de tornar a reapropriação social do centro histórico um ato ideologicamente revolucionário, com base nas condições criadas pelo governo comunista. O autor questiona se aquela experiência seria um modelo a ser aplicado em outros centros urbanos, ou uma experiência única, viabilizada por uma situação política e cultural particular. Ainda que outras cidades italianas, como Ferrara e Brescia, tenham obtido resultados significativos ao adotar programas inspirados na metodologia bolonhesa, nem por isso Bandarin (1979) defende que o caso seja um modelo, uma vez que cada cidade possui sua própria estrutura, derivada de sua história, suas condições econômicas e sociais, e problemas particulares. Para o autor, o caso revela que uma me-

15. Zancheti (2012) analisa casos de Conservação Integrada e chama atenção sobre a gentrificação decorrente.

todoologia coerente e um processo decisório participativo podem contribuir para salvar o inestimável caráter do centro histórico. “Bolonha mostra que a batalha por uma cidade melhor não está perdida” (BANDARIN 1979, p. 211, tradução nossa). Embora, naquele momento, ainda não tivesse havido mudança nas bases políticas, ocorrida nos anos 1990, quando se instaura o modelo neoliberal, considera-se tal conclusão válida.

O legado do plano evidencia-se a partir da significação cultural iminente da paisagem urbana histórica e da sociabilidade e urbanidade do centro histórico bolonhês. Reavaliando seu plano, Cervellati aponta sua validade técnica e operacional em provar que a teoria pode ser traduzida para a prática, se houver interesse político. Além disso, infere que a preservação não tem interesse na prática, se o processo de desenvolvimento — urbano, econômico e social — também não mudar (BRAVO, 2009). Verifica-se uma coesão ímpar entre o plano, os projetos, o programa habitacional, o arcabouço normativo e a vontade política que conferiram coerência e operacionalidade ao processo em um determinado momento.

4 CENTRO HISTÓRICO DO PORTO: DE LABORATÓRIO A VITRINE DAS PRÁTICAS PORTUGUESAS

O centro histórico do Porto tem sido um laboratório das práticas de atuação sobre o patrimônio urbanístico em Portugal — tanto as exemplares quanto algumas que podem ser consideradas descaracterizadoras ou mesmo predatórias. Tais práticas se refletem nas paisagens contrastantes do centro histórico: enquanto nos circuitos turísticos despontam edificações em obras e conjuntos renovados, destinados a meios de hospedagem, comércio, bares e restaurantes sofisticados, fora dessa área observam-se edificações devolutas, em ruínas, conjuntos edificados e espaços públicos mal conservados em meio aos conjuntos reabilitados de moradias populares, nos morros de tecido urbano medieval e na área da Ribeira-Barredo. Nesse tecido urbano intrincado, predominam moradias populares (Figura 2), pontuadas por alguns imóveis renovados e convertidos em flats e meios de hospedagem.

Os atributos do patrimônio urbanístico do centro histórico do Porto motivaram sua inscrição na lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1996, respaldada pela existência de uma gestão qualificada de reabilitação

FIGURA 2

Casario reabilitado no Barredo. Foto: Andréa Sampaio, 2016.



urbana. O processo de gestão continuada da área foi reconhecido como sendo uma dita cultura de reabilitação urbana do Porto¹⁶, iniciada com as propostas para recuperação de unidades habitacionais no Plano de Renovação da Ribeira-Barredo, em 1969, seguidas das propostas do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB), de 1974 a 2003, considerando seus caracteres paradigmáticos para as conjunturas de suas épocas. Tais intervenções, norteadas pela solução das condições críticas de vulnerabilidade física e social, conservaram as relações morfológicas e o tecido social, enquanto muitas das atuais intervenções no centro histórico, promovidas pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Porto Vivo, resultam em intervenções

16. Loza (2000), em livro comemorativo dos 25 anos do CRUARB, refere-se a uma cultura da reabilitação urbana do Porto.

cenográficas e descaracterizadoras, pautadas no estímulo à reocupação dos imóveis vazios, na requalificação dos imóveis e espaços públicos e na promoção do turismo. Regidas pela financeirização da produção imobiliária, tais estratégias de revitalização ameaçam a autenticidade da paisagem urbana histórica e o alcance social da reabilitação urbana, resultando em gentrificação (SAMPAIO, 2016).

A qualidade da reabilitação urbana da área Ribeira-Barredo repercute até os dias de hoje, como um foco de resiliência de moradia no centro histórico, não obstante as pressões especulativas sobre o local. Coordenado pelo arquiteto Fernando Távora, o “Estudo de Renovação Urbana do Barredo” foi um projeto piloto para a área da Ribeira-Barredo, visando integrá-la humana, social e paisagisticamente na vida do Porto. Concebido como modelo para a reabilitação de outras áreas críticas, no Plano, Távora defendia “não mais um gueto nem um monte de ruínas, mas um centro vivo e um belo elemento da paisagem urbana” (CÂMARA MUNICIPAL

FIGURA 3:
Intervenções
fachadistas
promovidas pela SRU
Porto Vivo. Foto:
Andréa Sampaio,
2015.



DO PORTO, 1969), associando a ação física à intervenção social, reforçando os processos participativos, o cuidado na conservação do que tem valor, conciliada com a necessidade de adequar as condições para vidas contemporâneas. Cabe uma ressalva em relação à denominação do plano, para não incorrer na errônea interpretação de operação de demolição e nova construção, quando se trata de um plano de reabilitação urbana, termo então ainda não difundido.

Também vanguardista em relação ao seu tempo, já afinado com o modelo de conservação integrada a ser preconizado em meados dos anos 1970, o Plano do Barredo propõe um novo desígnio — “uma reabilitação cautelosa, socialmente atenta”, como alternativa ao arrasamento deste bairro considerado insalubre (AGUIAR, 2014). As propostas de reabilitação arquitetônica e urbanística do plano buscam conciliar valores históricos e artísticos com os sociais. Para Távora, a essência da proposta seria um continuar-inovando, com espírito global e aberto, buscando a compreensão pelo conjunto e pelo pormenor tanto em relação às edificações existentes, quanto na utilização de linguagens contemporâneas nas novas construções, desde que seja respeitado o caráter ambiental (MONIZ et al., 2014). Sobre a concepção das intervenções, Távora postula:

É nossa opinião de que não devem ser conduzidos dentro de orientação purista de restauro, ainda por vezes corrente entre nós, os arranjos a efectuar” [...] “Trata-se, insistimos, de um trabalho de extrema delicadeza, pois para além de todos os problemas humanos, económicos, técnicos e funcionais que apresenta, levanta problemas de carácter histórico que só poderão ser levados a bom termo com grande compreensão pelo conjunto e pelo pormenor. Caso contrário a renovação significará destruição (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 1969, p. 40).

Em relação aos critérios projetuais, é interessante verificar que a proposta de Távora, há quase meio século, estava à frente de seu tempo, podendo-se associá-la às recentes interpretações da teoria da restauração por Muñoz Viñas (2011). Para o teórico espanhol, a Restauração é feita para os sujeitos que identificam valores no objeto, seus usuários atuais ou futuros, e não para os próprios objetos.

No contexto de redemocratização de Portugal, no pós-revolução de 25 de abril de 1974, a reabilitação da área fica a cargo do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira-Barredo (CRUARB), criado em resposta às reivindicações da população local para solucionar a insalubridade e o agudo problema habitacional. O CRUARB segue a linha proposta anteriormente por Távora, que atua como consultor. Opera-se nas diversas dimensões da cidadania e são tomadas medidas de reabilitação urbanística, provendo além da habitação social, equipamentos urbanos então inexistentes, essenciais para a fixação da população local. Há críticas, no entanto, à pulverização dos projetos, sem a perspectiva integrada de um plano (PINHO, 2009). Por meio de mecanismos de financiamento e apoio técnico, o CRUARB viabilizava a atuação dos proprietários no processo de conservação, assegurando aos moradores aluguel subsidiado (SOUSA, 2015).

Mudanças administrativas e dificuldades operacionais levam à extinção do programa em 2003, em meio à transição de paradigma da reabilitação com o surgimento das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) (SAMPAIO, 2016). O perfil do CRUARB torna-se contraditório com a ideia de um Estado mínimo, que se instalava a partir de então (SOUSA, 2015).

A postura projetual de sensibilidade social e de reabilitação cautelosa cede lugar às intervenções em larga escala, buscando promover uma nova imagem para o centro, impulsionada pelo turismo e alavancada pelos preparativos da cidade como Capital Europeia da Cultura, em 2001. Observam-se intervenções fachadistas promovidas pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Porto Vivo, no centro histórico, com resultados descaracterizadores e mesmo cenográficos, não obstante os critérios de proteção como monumento nacional e da UNESCO. Regidas pela financeirização da produção imobiliária, as estratégias de revitalização e turistificação do sítio histórico ameaçam a autenticidade de sua paisagem urbana histórica, e sobretudo, o alcance social da reabilitação urbana, gerando gentrificação (SAMPAIO, 2016). A mudança de imagem do centro histórico passa por estratégias de promoção de um centro cada vez mais “exclusivo”.

Um dos projetos mais emblemáticos é o Passeio das Cardosas, em local de grande centralidade, no qual a quadra foi inteiramente renovada

para incorporação de unidades residenciais e instalação de um hotel de luxo, em antigo palacete. Foi demolido o miolo da quadra para implantação de estacionamento subterrâneo e um pátio de lazer. São questionáveis a falta de qualidade arquitetônica da linguagem *pastiche*, o resultado cenográfico — seja devido aos materiais e proporções, além da gentrificação decorrente¹⁷. Esse projeto dispõe de intenso aparato midiático de *marketing* que inclui o “Prêmio Nacional de Reabilitação Urbana 2014” atribuído pelo mercado imobiliário, avaliado por um júri não especializado (SAMPAIO, 2016).

Entre os paradoxos das atuais intervenções predatórias realizadas em larga escala, verifica-se a utilização de materiais construtivos inapropriados, a critério dos construtores, sem empregar o material autêntico disponível, não só proveniente das próprias edificações, como do Banco de Materiais da Câmara Municipal.¹⁸

Com a crise, muitos dos imóveis “reabilitados” pela SRU Porto Vivo encontram-se vazios, e no atual quadro de crise, e sem canais de financiamento, comprar no centro histórico não é, sequer, alternativa para os moradores da cidade (SOUSA, 2015). Emerge desse quadro uma tendência de gentrificação, uma vez que o mercado torna-se, então, atrativo para investidores estrangeiros e cada vez menos acessível à população local (SAMPAIO, 2016).

Os resultados atuais confrontam o alcance social da reabilitação urbana e o legado da conservação integrada das políticas anteriores, em detrimento do que se caracterizava como uma cultura de reabilitação urbana. As ameaças da inversão da “cultura de reabilitação urbana” é objeto de crítica de especialistas, expressas na Declaração do Porto, pelo ICOMOS — Portugal, em 2013, em protesto contra o resultado desastroso do Quarteirão das Cardosas, que deveria servir de lição, em vez de modelo para o mercado, ao afrontar as práticas de reabilitação urbana consolidadas ao longo de décadas.

17. O projeto foi objeto de debate em Seminário do ICOMOS, 2013. Vide críticas do geógrafo Álvaro Domingues <<https://ssru.wordpress.com>>; Aguiar (2014) relata que houve denúncia do ICOMOS-Portugal à UNESCO e que o caso gerou a Declaração do Porto, disponível em: <<http://www.icomos.pt/images/pdfs/dec25.10.pdf>>.

18. Vide <<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/bancodemateriais/Paginas/bancodemateriais.aspx>>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A releitura das experiências de reabilitação de Bolonha e do Porto busca contribuir para a reflexão sobre medidas para a reapropriação social e a sustentabilidade do patrimônio urbanístico de áreas centrais como um patrimônio vivo, evitando sua musealização e/ou descaracterização. Em ambas experiências, evidencia-se o papel-chave da moradia para a salvaguarda da significação cultural do patrimônio urbanístico como um instrumento qualificador da vida na cidade contemporânea. O patrimônio habitado qualifica a moradia e valoriza a memória urbana.

Em que pesem as assimetrias de desenvolvimento dos contextos europeu e brasileiro, considera-se que as propostas teórico-metodológicas para os centros históricos de Bolonha e do Porto podem ser referenciais para a pauta da reabilitação urbana nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, ao contemplar a reabilitação urbana integrada às políticas urbanas e habitacionais. Cabe sublinhar o tratamento do espaço da moradia de modo ampliado, concebido não apenas como unidade habitacional, mas em termos de sociabilidade, de espaço público e de equipamentos comunitários.

Ainda que se verifiquem programas de recuperação de bens culturais em diversos níveis, pautados em crescente discurso de incrementar a inserção da preservação do patrimônio na pauta das políticas públicas tanto no Brasil quanto no mundo, tendo em vista seu potencial como indutor e estruturador de desenvolvimento social e econômico, observa-se que o valor estratégico do patrimônio cultural tem sido frequentemente capturado pela valorização imobiliária e pela indústria cultural, em detrimento da dimensão social da reabilitação urbana. Tal situação ocorre atualmente no Porto, assim como em outras cidades sob a égide da economia globalizada, como no Rio de Janeiro.

No Brasil, as oportunidades de reabilitação urbana confrontam a vulnerabilidade do patrimônio edificado e a precariedade das condições habitacionais da população residente no antigo casario, sobretudo nas áreas centrais, evidenciando a tensão entre os grandes negócios imobiliários e o cotidiano no tecido urbano tradicional, o que reforça a urgência e a pertinência de discutir o assunto, buscando medidas conciliatórias para o desenvolvimento e a conservação sustentáveis.

Mantém-se válido o alerta de Azevedo (1988) para o senso comum que mitifica o patrimônio cultural como algo fora da realidade social e econômica dos cidadãos comuns, o que cria uma barreira para sua inserção nas políticas de desenvolvimento urbano. O arquiteto faz uma singular defesa da recuperação do que ele denomina patrimônio habitacional, a partir do argumento que “sem integração na vida contemporânea, o patrimônio cultural é uma farsa”.¹⁹

Bonduki (2010) aponta, em sua análise sobre a atuação do programa Monumenta, que a questão da habitação social nunca foi, no Brasil, central nos projetos de reabilitação de centros históricos, uma vez que predomina “a visão de que o lugar dos pobres é nas periferias e que a recuperação dos núcleos históricos deveria estar voltada prioritariamente para o turismo e as atividades culturais” (BONDUKI, 2010, p. 316)

Nesse sentido, na contramão das possibilidades de reabilitação urbana das áreas centrais, prevalecem as políticas urbanas afinadas com os interesses do mercado imobiliário, que fomentam a expansão urbana e acirram a desigualdade socioespacial. Tal quadro é sacramentado com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, direcionado para a construção em larga escala de moradias populares, geralmente nas periferias, com exceção da linha do programa de habitação popular destinado às entidades tais como cooperativas habitacionais e associações civis.

Em termos de potencial de reabilitação urbana, merece destaque o Programa Novas Alternativas²⁰, da Secretaria Municipal de Habitação da cidade do Rio de Janeiro, que tem como objetivos a renovação de áreas urbanas degradadas, a redução do *deficit* habitacional e a preservação do patrimônio arquitetônico. Sua importância reside, sobretudo, em seu escopo de produzir habitação social a partir da reabilitação de casarões mal conservados e imóveis em ruínas, bem como construir em terrenos vazios na área central, não obstante seus pontuais resultados alcançados em duas

19. Vide AZEVEDO, Paulo Ormino (1988). A recuperação do patrimônio habitacional. Revista Rua. Salvador. n. 1, p. 35-51. Originalmente publicado no Simpósio do BNH sobre Barateamento da Construção Habitacional. Salvador, 26 a 31 de março de 1978.

20. Vide: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Novas Alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação (SMH), 2003.

décadas de funcionamento. No entanto, a complexidade operacional dos processos de desapropriação, a pequena escala dos projetos, e a falta de priorização de recursos para o programa, dada a pouca visibilidade de suas obras, levam a resultados reduzidos em termos quantitativos, muito aquém das demandas habitacionais e tampouco ativo em termos de reabilitação urbana, considerando a dispersão dos poucos imóveis recuperados e a falta de serviços de apoio à moradia.

As experiências paradigmáticas do Porto e Bolonha aqui discutidas evidenciam os resultados positivos da conjugação das dimensões social e urbanística como condicionantes de projetos de intervenção no patrimônio e são úteis ao questionamento da prevalente gestão segregada do patrimônio urbanístico no Brasil. Pautados na fixação da população tradicional residente, os planos do Barredo e de Bolonha foram fundamentados em minuciosos diagnósticos de caracterização física das edificações e social dos residentes, realizados por equipes multidisciplinares que levantaram as condições precárias de habitabilidade e os aspectos demográficos e sociológicos²¹. Ao contar com os moradores como usuários, tais planos promoveram uma mistura de usos e os laços identitários com o local. No entanto, como proceder quando os imóveis estão vazios, como ocorre atualmente em muitas áreas urbanas, como o citado Porto, assim como nos vazios urbanos das áreas centrais? Essa é uma questão-chave, tendo em vista o risco de gentrificação.

Os processos de gentrificação decorrem, particularmente, de intervenções impactantes de grande porte, como o atual Programa Porto Vivo, no Porto. Identificam-se pontos em comum da implementação desse projeto com o Porto Maravilha, no Rio, como o atendimento dos interesses do mercado imobiliário, que resulta na disparidade entre a conservação dos espaços em função de seus usuários, e a priorização de projetos em áreas de maior centralidade turística em relação às áreas de menor fluxo turístico, tradicionalmente habitadas por população de baixa renda.

21. Com base em inquéritos detalhados sobre as graves condições de moradia, elaborados por alunas do Instituto de Serviço Social, bem como de levantamentos das habitações pelos alunos do curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP). Moniz et al. (2014) discutem a importância desse trabalho para a renovação do ensino de arquitetura na Escola do Porto, onde Távora era professor.

A operacionalização da conservação integrada tem se mostrado de difícil realização, particularmente em áreas submetidas à intensa transformação urbana e à valorização imobiliária. Reforça-se, portanto, a necessidade de reflexões críticas sobre a conjuntura contemporânea, teoricamente fundamentadas e socialmente comprometidas, ancoradas em estudos que contribuam com perspectivas que promovam a necessária articulação das políticas urbanas, habitacionais e patrimoniais. Como exemplo, o incentivo à moradia na área central, além de minimizar o *deficit* habitacional, é uma proposta sustentável para conter o processo de espraiamento da cidade e, sobretudo, reforça a significação cultural da cidade.

Encontra-se respaldo na proposta de Choay (2011) de um combate em prol do patrimônio, a partir de três frentes de luta: a) educação e formação; b) utilização ética de nossas heranças edificadas; c) participação coletiva na produção de um patrimônio vivo. Para tanto, a autora defende a adaptação do patrimônio às demandas da sociedade contemporânea, procedendo as transformações necessárias, “associando o respeito ao passado e a aplicação de técnicas contemporâneas de ponta”, em sua crítica visão sobre o corrente processo de patrimonialização, particularmente nos sítios explorados como mercadorias para o turismo cultural. Percebe-se que as propostas b e c são imbricadas e a apropriação social a partir do habitar seria o melhor caminho, como buscou-se sublinhar a partir das lições do Porto e, particularmente, de Bolonha.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Ilaria. Dal restauro urbano al “dov’era, ma non com’era”. Dialogo con Pier Luigi Cervellati sulla cultura della città storica. In: *Ricerche e progetti per il territorio, la città e l’architettura*, p. 277-288, june 2013. Disponível em: <https://in_bo.unibo.it/article/view/3960>. Acesso em: 15 nov. 2015.

AGUIAR, José. Reabilitação ou fraude. *Revista Patrimônio*, Lisboa, n. 2, p. 56-69, 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/284188346>>.

BANDARIN, Francesco. The Bologna Experience: planning and historic renovation in a communist city. In: APPEYARD, D. *The conservation of European cities*. London: Routledge, 1979. p. 178-202.

BANDARIN, Francesco; OERS, Ron Van. *The Historic Urban Landscape: managing heritage in an urban century*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

BRAVO, Luisa. Area conservation as socialist standard-bearer: a plan for the historical centre of Bologna in 1969. In: GLENDINNING, M. (org.). *Mirror of Modernity. The Post-war Revolution in Urban Conservation*. Paris: Docomomo International, 2009. Disponível em: <http://www.fred-mussat.fr/e-proceedings2_dec09/Docomomo%20E-proceedings2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. *Estudo de renovação urbana do Barredo*. Porto: CMP, Direcção de Serviços de Habitação, 1969.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. *Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: Il Mulino, 1973.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, R.; DE ANGELIS, C.. La nuova cultura delle città. *La salvaguardia dei centri storici, la riappropriazione sociale degli organismi urbani e l'analisi dello sviluppo territoriale nell'esperienza di Bologna*. Milão: Mondadori, 1977.

CERVELLATI, Pier Luigi; EMILIANI, Andrea; RENZI, Renzo et al. *Bologna centro storico: catalogo per la mostra bologna centro storico, bologna, palazzo d'accursio, 1970*. Bolonha: Edizione Alfa, 1970.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GIOVANNONI, G. *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GONÇALVES, Adelino. *Patrimônio urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*. 2012. 666 f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

JUKILEHTO, J. Conceitos e idéias sobre conservação. In: ZANCHETTI, S. (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: UFPE, 2002, p. 11-19.

GULLI, Luca; TALÒ, Francesca. Cinquant'anni di esperienze nella gestione dei centri storici in un caso esemplare. *Journal of the Department of Cultural Heritage*, II, v. 5, Capitale culturale: Studies on the Value of Cultural Heritage. University of Macerata, 2012. p 41-61. Disponível em: <<http://riviste.unimc.it/index.php/cap-cult/article/viewFile/109/394>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

International Council of Monuments and Sites Portugal. Declaração do Porto. *Seminário Porto Patrimônio Mundial: Boas práticas em reabilitação urbana*. Porto, ICOMOS, 2013. Disponível em: <<http://www.icomos.pt/images/pdfs/dec25.10.pdf>>.

LOZA, Rui Ramos (Org.). *Porto Patrimônio Mundial. CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et al. (Org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006, p. 33-76.

MONIZ, Gonçalo; CORREIA, Luis Miguel; GONÇALVES, Adelino. O estudo de renovação urbana do Barredo: a formação social do arquitecto para um território mais democrático. *Estudos do século XX*, Coimbra, n. 14, 2014, p. 315-337. Disponível em: <<http://hdl.handle>>.

net/10316.2/36842>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PINHO, Ana Cláudia da C. Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos. 2009. 796 f. *Locais*. Tese (Doutorado em Planeamento Urbano) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

PORTAS, Nuno. Bologna. Comentário de Nuno Portas. In: GRANDE, Nuno; Lobo, Rui. *CidadeSofia. Cidades universitárias em debate*. ACTAS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL PELA COIMBRA 2003: CAPITAL NACIONAL DA CULTURA, Coimbra, 2003. Coimbra: Darq/FCTUC, 2005, pp. 142-145.

ROSSA, Walter. Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela. In: ROSSA, Walter. *Fomos condenados à cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 97-131.

ROJAS, Eduardo. *Old Cities, New Assets: preserving Latin American's urban heritage*. Washington: Inter-American Development Bank, 1999.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Reabilitação urbana e património arquitetónico em Portugal: contribuições das experiências do Porto e Guimarães. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 195.02, 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/617>>.

_____. Patrimônio cultural e habitação social em questão: reabilitação urbana em Bolonha, Porto e Rio de Janeiro. In: ACTAS DO CONGRESSO IBERO-AMERICANO “PATRIMÓNIO, SUAS MATÉRIAS E IMATÉRIAS” - PATRIMA 2016. Lisboa: LNEC, 2016.

SOUSA, Antonio M. Lopes. *Habitação e centros históricos: a importância da política integrada para a reabilitação dos centros urbanos — os casos de Salvador e do Porto*. 2015. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Contemporary Theory of Conservation*. New York: Routledge, 2011.

ZANCHETI, Silvio M. *Conservação integrada e novas estratégias de gestão*. IV ENCONTRO SIRCHAL. Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Artigo recebido em: 14/03/2016

Artigo aprovado em: 19/05/2017